

O SISTEMA DE COTAS PARA NEGROS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS COMO ACONTECIMENTO DISCURSIVO: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE EM AD

Larissa Minuesa Pontes MAREGA (UEM)

*Qualquer corpus pode merecer uma análise e
“ilustrar” adequadamente uma teoria (...) Se a AD é
uma boa teoria, deve possibilitar a análise de qualquer
tipo de material discursivo.*

Sírio Possenti

Introdução

Fazer um trabalho em Análise de Discurso é algo que considero arriscado, porém fascinante. Arriscado porque existem duas coisas que a meu ver interpelam o analista no momento de sua análise: a intuição e a evidência na leitura dos enunciados. Por outro lado é também fascinante porque ao trabalhar com AD, a janela do discurso se abre para fazer com que pensemos na língua e na história, na exterioridade que é constitutiva, na memória que significa, nos sentidos que são construídos etc. Antes de apresentar minha problemática gostaria de dizer que como leitora atenta e interessada, embora iniciante nessa disciplina, confesso que os conceitos divulgados por Michel Pêcheux e Michel Foucault tais como sujeito, sentido, discurso, ideologia entre outros estão sistematizados e entendidos teoricamente, mas a aplicação dessas idéias é ainda uma novidade e um desafio para mim.

Dito isso, na tentativa de refletir sobre os discursos que circulam na sociedade brasileira a respeito de um fato polêmico discutido nos segmentos político, religioso, midiático, cultural, educacional do Brasil há algum tempo, proponho um exercício de análise discursiva de uma série de enunciados que remetam ao seguinte acontecimento discursivo: “sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras”. Esse trabalho foi pensado a partir da leitura do artigo “Análise de discurso e acontecimento: breve análise de um caso” de Sírio Possenti (2006), mais especificadamente a partir da sugestão deixada pelo autor em nota de rodapé da possibilidade e riqueza de uma análise discursiva de tal acontecimento.

Dessa forma, seguindo o método arqueológico de Foucault, reuni um conjunto de textos de diferentes materialidades e construí um arquivo que remetesse a esse acontecimento. Considero este material significativo na medida em que ele oportunize responder as seguintes questões: por que se trata de um acontecimento discursivo? Quais são os posicionamentos que estão expostos nos enunciados? Que memória discursiva se inscreve na formulação desses enunciados? Para tanto, utilizarei os conceitos centrais da Análise de Discurso de linha francesa, especialmente aqueles discutidos por Foucault, tais como: acontecimento discursivo, arquivo, memória, formação discursiva e, paralelamente, sujeito, discurso e enunciado. Pretendo promover, assim, no momento da análise, o batimento entre descrição e interpretação. Em suma, uma tentativa de aplicar o dispositivo de interpretação proposto por Foucault para compreender esses discursos.

É um gesto de leitura que proponho, é o olhar de um analista, é o recorte de um arquivo imenso que existe a respeito desse acontecimento, ou seja, é o recorte de uma quantidade infinita de enunciados ditos e que infelizmente não são todos recuperáveis nem cabíveis neste pequeno texto.

1. Sistema De Cotas: Contextualização Do Fato

Para contextualizar o fato que é assunto desse trabalho, tomo como base o primeiro capítulo da dissertação de Geraldo José da Silva (2006) intitulada “A construção do texto polêmico na mídia eletrônica: o sistema de cotas em questão”, em que o autor faz um panorama das ações afirmativas no Brasil e no mundo, da adoção de cotas no ensino público e no mercado de trabalho e do envolvimento da mídia na questão. O foco da minha análise, no entanto, está nas ações afirmativas que se referem à educação no ensino superior, são essas, pois, as considerações que aproveito de seu trabalho e que serão postas a seguir.

Segundo Silva (2006) a expressão ação afirmativa teve origem nos Estados Unidos em 1963, com a Lei dos Direitos Civis. Embora tenha surgido nos EUA, atingiram também outros países e outros segmentos, não só os negros. No Brasil, o termo aparece mais tarde, em 1996, com a publicação no GTI/População Negra, Grupo de Trabalho Interministerial, criado pelo então Presidente Fernando Henrique Cardoso:

Ações afirmativas são medidas especiais e temporárias tomadas pelo Estado e/ou iniciativa privada, espontânea ou compulsoriamente, com o objetivo de eliminar desigualdades historicamente acumuladas, garantindo a igualdade de oportunidade e tratamento, bem como compensar perdas provocadas pela discriminação e a marginalização, por motivos raciais, étnicos, religiosos, de gênero e outros (GTI/População Negra, 1996, p.10).

De acordo com Silva (2006), hoje, as ações afirmativas são definidas como:

Um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, visando o combate de discriminação de toda natureza para corrigir as mazelas históricas: no caso do Brasil, causadas pela cultura escravista que dominou nosso país durante muito tempo (SILVA, p.21-2).

No Brasil cotas não é novidade. O sistema de cotas remonta o século XIX, antes mesmo da abolição da escravatura já se adotavam ações afirmativas para os estrangeiros, lei que vigorou até 1940. A Lei do Boi, por exemplo, reservava vagas nos cursos de Veterinária e Agronomia para os filhos de fazendeiros no período de 1968 a 1986. Já na década de 80 houve abertura de vagas para homens e mulheres negras para atuarem no serviço público.

No ano de 1995 tem-se a primeira política de cotas considerada nacional, que estabelecia uma cota mínima de 30% de mulheres para as candidaturas de todos os partidos. No ano seguinte, é lançado o Programa Nacional dos Direitos Humanos, com o objetivo de desenvolver ações afirmativas para o acesso dos negros aos cursos profissionalizantes, à universidade e às áreas de tecnologia de ponta.

Fator significativo para fomentar as discussões sobre a presença do negro nos vários setores da sociedade foi a marcha em homenagem aos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares, que ocorreu em Brasília em 20 de novembro de 1995.

Outro fato marcante foi a participação do Brasil na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada em Durban, 2001, África do Sul, em que o governo brasileiro reconheceu a participação mínima do negro na educação e no mercado de trabalho. Isso resultou na elaboração de planos de ação compensatória para as minorias raciais no país, pleiteando, assim, as cotas como promoção de igualdade e oportunidade da participação do negro na dinâmica da mobilidade social.

De acordo com Silva (2006), o sistema de cotas na educação superior ainda tramita e não tem uma lei maior em nível federal que respalde juridicamente as IES para implementarem tal política. O grande impasse está na aprovação do Projeto de Lei 3.627 apresentado em 2004. Embora haja leis estaduais adotadas por algumas universidades, a presença do negro ainda é inexpressiva no ensino superior. Assim, a movimentação de algumas IES provoca polêmica, pois cada uma encontra o mecanismo mais adequado para a inclusão do negro nos cursos de nível superior. Para Silva (2006), as cotas precisam de uma lei clara, pois a não aprovação do Projeto de Lei deixa as IES inseguras diante da adoção.

A falta de legitimidade garantida por uma lei federal que oriente as ações em torno da implementação de cotas nas IES públicas tem causado instabilidade por parte das entidades que adotaram e planejam adotar tal sistema. Isso tudo tem provocado discussão e controvérsia (SILVA, 2006, p.34).

No próximo item o fato exposto será tratado como acontecimento discursivo a partir dos pressupostos teórico-metodológicos de Michel Foucault.

2. O Acontecimento Discursivo e a Formação do Arquivo

De acordo com Foucault (1972), ao trabalhar com o discurso deve-se perguntar o porquê da ocorrência de tal enunciado e não outro em seu lugar. Trabalhar com o discurso é lutar com a transparência do sentido, é problematizar sua evidência. O discurso deve ser tratado como prática descontínua, com temporalidades diferentes, enfim, como acontecimento.

Sendo assim, como o fato acima pode ser pensado como acontecimento discursivo? A definição de acontecimento proposta por Foucault (2006) é a seguinte:

O acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação, coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de elementos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 2006, p.57-8).

Segundo o autor (2006), além de ter uma materialidade que o faz significar, o acontecimento deve ser entendido no jogo de sua instância, na pontualidade em que aparece e em sua dispersão temporal. De acordo com Foucault (2006, p.59), deve-se restituir ao discurso seu caráter de acontecimento, “é preciso aceitar introduzir a casualidade como categoria na produção dos acontecimentos”.

Para Foucault (1972), na dispersão dos enunciados há regularidades, ou seja, um elo entre os elementos que compõe o acontecimento discursivo e que produz sentidos, como afirma Sargentini (2004), “o enunciado é apreendido como discurso e acontecimento, produzindo sentido a partir das relações que estabelece com os outros enunciados”.

Possenti (2006) afirma que o acontecimento discursivo relaciona-se com a enunciação pelo fato de não ser repetível, portanto, único, é algo inesperado e espetacular, tem uma extensão temporal maior e uma grande repercussão. Um fato que se transforma em acontecimento é retomado, revisado, analisado, especificado, detalhado, correlacionado a outros similares ou tornados similares, e culmina na produção de um conjunto de textos que são, logo em seguida, veiculados e repetidos.

A partir das definições de Foucault (2006) e de Possenti (2006), é possível afirmar que o fato “sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras” pode ser entendido como acontecimento discursivo já que provocou a produção de um conjunto de textos dispersos nas diversas materialidades, os quais foram posteriormente veiculados, comentados, analisados, relacionados, retomados e repetidos, fazendo funcionar uma memória. Ou seja, é acontecimento porque uma infinidade de textos orais, escritos, formais e informais surgiu durante e depois da ocorrência do fato, perdurando até os dias de hoje na forma de entrevistas, artigos, conversas cotidianas, aulas, palestras, enquetes, debates etc. Basta acessar a internet, por exemplo, e verificar a quantidade de textos produzidos, folhear revistas ou jornais desde 2001, ou observar nas universidades brasileiras o mínimo de movimentação esse assunto polêmico.

Uma vez considerado este fato como acontecimento discursivo, o segundo passo, de acordo com o método arqueológico de Foucault é escavar os saberes existentes na sociedade (brasileira, neste caso), para a formação de um arquivo que remeta ao acontecimento escolhido.

De acordo com Foucault (1972), o arquivo representa o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa dada época e que continuam a existir por meio da história, é também a memória dialética que oscila lembrança e esquecimento, ou seja, todos enunciados ditos, apagados ou silenciados.

O arquivo passa a ser, então, um lugar onde se torna possível pensar as práticas discursivas de uma sociedade. Cada arquivo

é estabelecido a partir de uma organização própria, reunindo sentidos advindos de uma diversidade máxima de textos tomados a partir de um tema, de um acontecimento ou de um trajeto temático (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1994, *apud* SARGENTINI, 2004, p.91).

Esse conjunto de textos (o arquivo) passa a ser, então, o material de trabalho do analista. O texto é, pois, o objeto empírico de análise, é por meio dele que se observa como o sujeito enunciador se apropriou das formas lingüísticas para enunciar, como a memória de um saber foi resgatada e textualizada no enunciado e como é possível perceber as diversas posições assumidas pelo sujeito enunciador, ou seja, as formações discursivas que determinam a possibilidade de existência desses enunciados.

Dessa forma, para a formação de um arquivo que remetesse ao acontecimento discursivo “sistema de cotas para negros nas universidades brasileiras” pesquisei na internet, com auxílio da ferramenta de busca *google* uma porção de textos verbais e não verbais, revistas, jornais, blogs, programas de televisão, debates, enfim. Encontrei um material vasto a respeito do tema “cotas”. Porém, para a segunda etapa do trabalho, ou seja, para a descrição e interpretação de discursos produzidos sobre este acontecimento, recortei mais uma vez o arquivo de forma que o material escolhido pudesse responder às outras questões que sugeri na introdução, a saber: quais são os posicionamentos que estão expostos nos enunciados? Que memória discursiva se inscreve na formulação desses enunciados? De todos os textos e suportes pesquisados, selecionei as manifestações populares, que apresentaram enunciados curtos e interessantes, escritos em faixas, cartazes e camisetas, são eles: “Cotas: conquista do povo negro”; “Igualdade perante a lei é injustiça social”; “Cota é preconceito”; “Cotas não é privilégio é reparação”; “Cotas já”; “Quer uma vaga? Passe no vestibular!”.

3. O Funcionamento da Memória Discursiva e os Posicionamentos Entorno do Acontecimento

A partir do recorte dessas séries enunciativas que compõem o arquivo deste trabalho, pretendo a partir de agora verificar as relações entre os enunciados e perceber o modo como eles significam, constroem, produzem sentidos sobre esse acontecimento. Isola-se, portanto, a instância do acontecimento buscando relacioná-lo a outros enunciados.

Antes, porém, coloco a seguir algumas considerações de Foucault (1972) a respeito do enunciado, uma vez que este é o elemento primeiro do método arqueológico. O enunciado é capaz de recuperar feixes de um arquivo e por isso será objeto de análise.

De acordo com Foucault (1972), o enunciado precisa ter uma instância produtora, ou seja, uma posição sujeito. O sujeito do enunciado não pode ser equiparado aos elementos gramaticais e não precisa ser idêntico ao autor da formulação, nem a origem dela, um único e mesmo indivíduo pode ocupar, alternadamente, em uma série de enunciados, diferentes posições e assumir o papel de diferentes sujeitos. O sujeito do enunciado é, portanto, um lugar determinado e vazio que pode ser efetivamente ocupado por indivíduos diferentes, e também é variável o bastante para poder continuar idêntico a si mesmo por meio de várias frases, assim como para mudar cada uma delas.

Para a AD o sujeito não é o centro nem origem do seu discurso, muito menos tem controle sobre o seu dizer. As várias posições discursivas que os sujeitos ocupam ao falar revelam não uma unidade, mas uma dispersão de lugares enunciativos. Segundo Foucault (1972), portanto, descrever o enunciado, nada mais é do que determinar qual a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser sujeito de seu dizer.

De acordo com o exposto, a descrição dos enunciados está relacionada com os diferentes posicionamentos que o sujeito pode assumir ao dizer. Vejamos como isso ocorre. O cartaz azul da imagem ao lado apresenta o seguinte enunciado: “Igualdade perante a lei é desigualdade social”. Ou seja, aquilo que está previsto em lei de que todos são iguais e possuem direitos iguais não condiz com a realidade da sociedade brasileira, já que no âmbito educacional e profissional, por exemplo, a população negra é alijada de direitos políticos e econômicos. Este é o sentido que está dito sem precisar dizer, é a evidência, o sentido pronto que pode ser recuperado pela tentativa de entender o conteúdo do enunciado, relacionando-o, por exemplo, com o lugar da enunciação (manifestação) ou com os sujeitos envolvidos (estudantes e professores). Mas, os efeitos de sentido produzidos neste acontecimento vão além de tais constatações, na verdade são oriundos de um ou mais posicionamentos que interpretam uma mesma realidade.



Sendo assim, o sujeito diante desse acontecimento assume uma posição no sentido de ser favorável ou contrário às cotas, no entanto o mesmo sujeito pode assumir mais de uma posição, por exemplo, sendo favorável às cotas para pobres, e contrário às cotas para negros. É preciso, portanto, depreender as Formações Discursivas desses enunciados. Segundo Foucault (1972), existem elementos ou expressões, imagens da ordem histórico-social que nos permitem ou sugerem identificar o enunciador enquanto posição sujeito dentro do contexto de práticas discursivas. Pela Formação Discursiva é possível observar as condições de possibilidades e de existência dos enunciados, a posição, o que determina aquilo que pode/deve ser dito por um sujeito autorizado.

Sobre essa questão Silva (2005) afirma:

Como a questão está ligada aos direitos individuais dos cidadãos, a arena de conflito se instala, pois o privilégio de uns, significa a exclusão de outros. Tem-se aqui uma discussão polarizada em que pontos de vista distintos se manifestam, ora favoráveis ora contrários à consecução de tais políticas (SILVA, 2005, p.17).

Nesse sentido, se articularmos o primeiro enunciado ao segundo, correspondendo à faixa “Cotas: conquista do povo negro”, veremos um enunciador favorável às cotas. Foucault (1972) afirma que o enunciado precisa ser povoado por outros enunciados, isto é, precisa se relacionar com uma série de formulações com as quais ele coexiste. Nesse caso, é preciso ler o primeiro enunciado e relacioná-lo com o segundo, primeiro porque ambos participam da mesma enunciação e, segundo, porque é

interpretação dos enunciados formulados que o sentido do acontecimento vai sendo construído.

O próprio léxico pode ajudar, pois as palavras que compõem o segundo enunciado apontam para uma FD favorável, ou seja, é uma conquista do povo negro, é de direito, é meritório, palavras que apontam para o sentido do outro enunciado, a respeito da desigualdade social. O acontecimento das cotas vai sendo significado pela relação dos sujeitos envolvidos, os quais assumem posicionamentos e, portanto, agregam sentidos aos seus discursos.

O léxico também pode recuperar uma memória. Segundo Foucault (1972), não existe enunciado que, de uma forma ou de outra, não reatualize outros enunciados. Todo enunciado tem historicidade, pois é a historicidade que diferencia o enunciado da frase ou da proposição que, mesmo isoladas são reconhecidas apenas por seus elementos intrínsecos. É dessa forma que o discurso aparece como a materialidade do processo enunciativo, mostrando o cruzamento da língua com a história, daí que todo texto mantém uma relação não apenas com a ordem da língua, mas também com a ordem do histórico.

O enunciado ao lado “Cotas não é privilégio é reparação” evidencia a questão da memória. Segundo Achard (1999), a memória não restitui frases escutadas no passado, mas julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstituído pelas operações de paráfrases. A memória organiza o arquivo, portanto as manifestações favoráveis ou contrárias às cotas para negros formam uma rede de relações e passam a rememorar outros temas: igualdade/desigualdade social, discriminação/preconceito, escravidão, cotas para índios, pobres, estudantes de escolas públicas, exames de vestibular, qualidade do ensino e etc.



Ainda neste enunciado “Cotas não é privilégio é reparação” temos dois enunciadores, aquele que afirma que cota é privilégio e aquele que nega. Dois posicionamentos configurando Formações Discursivas heterogêneas. O léxico, neste caso, a palavra “reparação” auxilia na construção dos sentidos e resgata uma memória, a saber: a escravidão. Ou seja, reparar o quê, a quem? Reparar o sofrimento do povo negro que durante anos trabalhou sobre o regime de escravocrata no Brasil e que, por isso, não teve oportunidades iguais aos brancos, perpetuando, assim, o racismo nos vários setores da sociedade.

Este enunciado “Quer uma vaga? Passe no vestibular” apresenta um enunciador que assume uma posição sujeito contrária às cotas, se assimilando, portanto, ao enunciador que diz que cotas ou vagas é privilégio. O enunciador pergunta e responde para um interlocutor conhecido (indivíduo negro que está pleiteando as cotas), que se quiser entrar na universidade, ou seja, se quiser uma vaga terá de passar por exame de qualificação, o vestibular, e não por meio de cotas. O teor crítico, irônico, desafiador e indignado deste enunciador contribuem para uma Formação Discursiva contrária às cotas.



O próximo enunciado “Cota é preconceito” também acompanha a Formação Discursiva contrária às cotas. E, assim, se relaciona com enunciados ditos a respeito do preconceito racial. Ora, garantir vagas para indivíduos pela diferença de raça é para



esses sujeitos abrir pretexto para aumentar o preconceito na sociedade brasileira e ignorar a miscigenação dos indivíduos, o que paradoxalmente é motivo de orgulho deste país.

Foucault (1972) afirma que o enunciado tem de ter uma existência material, a materialidade é constitutiva do enunciado, ela é seu suporte e pode ser manipulada pelos sujeitos enunciadore. Nestes casos, das manifestações, uma prática discursiva

popular, uma instância de saber que determina o que falar, como falar e para quem falar, criando, assim, identidades ou características próprias, traz como suporte desses discursos contrários ou favoráveis às cotas, pessoas aglomeradas nas ruas, às vezes uniformizadas, com instrumentos sonoros, transmitindo, reivindicando verbalmente e em forma de protesto suas idéias principais, sistematizando-as, como vimos, em cartazes e faixas, normalmente com enunciados sucintos, letras grandes e cores vibrantes. Todos esses detalhes também fazem significar, atribuindo ao acontecimento um caráter discutível, polêmico e, portando, duradouro.

É interessante observar que os sujeitos envolvidos nessas manifestações podem ser divididos conforme a posição sujeito assumida diante da questão. Os favoráveis são negros e os contrários são estudantes brancos. Mas isso está longe de ser regra, as Formações Discursivas e as posições dos sujeitos não são blocos homogêneos, trata-se apenas de uma regularidade encontrada nessas imagens. As expressões faciais dos indivíduos também podem revelar posicionamentos, observe o sorriso daqueles que são favoráveis e a seriedade daqueles que são contrários.

Enfim, esses discursos aparecem em uma situação popular, são os discursos cotidianos. A opção por analisar as manifestações se justifica por não querer ouvir a voz dos diplomatas da academia ou perceber o olhar clínico dos jornalistas, mas por querer ouvir a voz do povo, para que se possa verificar o acontecimento nas ruas, na simplicidade e quiçá na sua verdade. Ou seja, observar a movimentação desse acontecimento a partir da perspectiva daqueles que estão envolvidos direta ou indiretamente com a questão e que, certamente, apresentam alguma opinião a respeito.

Ainda a respeito da memória, uma outra imagem aponta claramente o cruzamento dos discursos ditos e que vão sendo repetidos, reformulados, fazendo comparar outros acontecimentos semelhantes ao das cotas pelo caráter popular, envolvendo política e sociedade.

Este enunciado apresenta uma recuperação do acontecimento “Diretas Já”, movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil, em 1984, que agregou diversos setores da sociedade, lideranças políticas, estudantis, sindicais, civis e jornalísticas. Este movimento levou milhares de pessoas às ruas, mobilizando o país todo.



É dessa forma que “Cotas Já” recupera “Diretas Já”, pela regularidade e similitude do enunciado que foi resgatado pela memória. Segundo Achard (1999), a memória se caracteriza como o que ainda é vivo na consciência do grupo para o indivíduo e para a comunidade, pois para que haja, é necessário que o acontecimento saia da indiferença e seja reconstruído com noções comuns entre diferentes membros da comunidade social. Os acontecimentos rememoram uns aos outros e constroem novos sentidos a partir dos que já existem.

Os enunciados se repetem e se renovavam, formando, assim, regularidades que apontam para as Formações Discursivas diferentes. Aqueles que são contrários às cotas são mais enfáticos, críticos, rudes e cruzam seus discursos com os discursos dos que são favoráveis que, por sua vez, apelam para a memória e recuperam na história os sentidos. Esse discurso de inclusão vai sendo resignificado por meio dos enunciados e vai significando o acontecimento, mostrando o verdadeiro de uma época, ou seja, o discurso de uma minoria (os negros), na pós-modernidade.

Considerações Finais

Qualquer trabalho no campo da Análise de Discurso não deve encontrar respostas imediatas, mas proporcionar reflexões. Os enunciados que foram acima comentados sugerem muitas interpretações sobre o acontecimento das cotas.

A memória discursiva foi capaz de reunir este arquivo, composto por tais enunciados, no entanto, para que eles pudessem produzir sentidos, foi preciso relacioná-los a outros que com eles coexistissem em um espaço historicamente delimitado. Este espaço foi determinado pela historicidade do acontecimento, no interior do qual as relações parafrásticas dos enunciados fizeram funcionar uma memória recuperada, neste caso, pelo léxico. Por isso, alguns temas foram rememorados, tais como o negro, a universidade, a justiça social, a escravidão e etc.

Este acontecimento é, sem dúvida, polêmico e por isso movimentou muitos discursos, interpelando sujeitos, fazendo com que estes tomassem posições favoráveis ou contrárias às cotas. Os enunciados se somaram e formaram um conjunto discursivo heterogêneo, porém regular. Ou seja, a relação desses enunciados evidenciou sentidos na medida em que os posicionamentos foram aparecendo.

A respeito das manifestações, dispersas numa temporalidade, mas unidas por uma memória, foi possível verificar regularidades dessa prática discursiva que apontaram para a formulação dos sentidos deste acontecimento.

Por fim, foi possível discutir neste trabalho algumas noções importantes para se pensar no discurso, tais como acontecimento, Formação Discursiva e memória e, dessa forma, apresentar uma proposta de análise a partir do método arqueológico de Foucault, ou seja, foi adotada uma posição teórica e foi seguida uma metodologia. Porém, muitas outras relações ainda são possíveis de se realizar com os enunciados aqui apresentados e com muitos outros. Por isso, vale lembrar que este é o olhar de um analista que por hora promove uma discussão e espera contribuições para enriquecer a interpretação deste acontecimento.

Referências

ACHARD, P. (Org.). **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 1999.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis; Vozes, Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1972.

_____. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 13 ed., São Paulo: Edições Loyola, 2006.

POSSENTI, S. **Análise do discurso e acontecimento**: breve análise de um caso. In: NAVARRO, P. (Org.). **Estudos do texto e do discurso**: mapeando conceitos e métodos. São Carlos: Claraluz, 2006. p. 93-108.

SARGENTINI, V. M. O. **A descontinuidade da história**: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, V. O.; NAVARRO-BARBOSA, P. (Org.). **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividades. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

SILVA, G. J. da. **A construção do texto polêmico na mídia eletrônica**: o sistema de cotas em questão. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, 2005.